



A 3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação nº 0016762-44.2012.8.17.0480 (0325573-0)

Embargante: BANCO BRADESCO S/A

Embargados: SERGIO R DA MOTTA FILHO & CIA LTDA ME

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

ACÓRDÃO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. TERMO INICIAL DE PRAZO PRESCRICIONAL. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Ao contrário do que tenta fazer crer a embargante, a decisão atacada revestiu-se de concatenamento lógico ao abordar os temas da prescrição inerentes à pretensão de reparação civil por danos morais e materiais, perfazendo, devidamente, as distinções relativas ao termo de início dos respectivos termos prescricionais.
2. Na realidade, a recorrente busca, por via oblíqua, alterar a justiça da decisão, de forma a desnaturar a finalidade precípua do recurso em apreço, que se presta tão somente para sanar obscuridade, contradição ou omissão encontrada no ato decisório. A recorrente, a bem dizer, almeja a rediscussão da matéria julgada na apelação, o que não se mostra viável na modalidade recursal em pauta.
3. Embargos Rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração no Agravo Legal na Apelação nº 0325573-0, em que figura como Embargante SERGIO R DA MOTTA FILHO & CIA LTDA ME e como Embargado BANCO BRADESCO S/A, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, REJEITAR o recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29 - J - 2014


Des. Bartolomeu Bueno

Relator



A 3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação nº 0016762-44.2012.8.17.0480 (0325573-0)

Embargante: BANCO BRADESCO S/A

Embargados: SERGIO R DA MOTTA FILHO & CIA LTDA ME

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 258-261) opostos por SERGIO R DA MOTTA FILHO & CIA LTDA ME contra acórdão oriundo desta C. Câmara Cível (fl. 222), que deu parcial provimento à apelação manejada pelo BANCO BRADESCO S/A (fls. 184-192), para declarar prescrita a pretensão de reparação civil por danos materiais da embargante.

Nas razões dos aclaratórios, sustenta a recorrente, em síntese, que o acórdão hostilizado foi contraditório ao estipular termos iniciais distintos para o cômputo do prazo prescricional da pretensão reparatória relativa aos danos materiais e morais. Requer, portanto, a reforma do acórdão para suprir a suposta contradição.

É o relatório.

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

Recife, 28-1-2014


Des. Bartolomeu Bueno

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

TJPE

Fls.

270
Yap

A 3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação nº 0016762-44.2012.8.17.0480 (0325573-0)

Embargante: BANCO BRADESCO S/A

Embargados: SERGIO R DA MOTTA FILHO & CIA LTDA ME

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

VOTO

Razão não toca à demandante.

A suposta contradição sinalizada pela recorrente não existiu, visto que os termos de início de contagem dos prazos prescricionais foram suficientemente esclarecidos na decisão presentemente embargada.

Com relação ao termo inicial do prazo prescricional concernente à pretensão de reparação por danos materiais, o acórdão impugnado foi bastante claro, senão vejamos:

"Inicialmente, calha destacar que a própria autora, em sua inicial (ponto 4.2, fl. 11), assume que teve ciência da frustração do pagamento dos DARF's quando foi interpelada administrativamente pela Receita Federal, em Julho de 2007, senão vejamos:

"O valor do débito à época importava em R\$ 3.416,85 (três mil, quatrocentos e dezesseis reais, oitenta e cinco centavos) e R\$ 5.413,91 (cinco mil, quatrocentos e treze reais, noventa e um centavos), respectivamente, conforme também restará provado com a microfilmagem dos cheques emitidos pela empresa para pagar os tributos. Todavia, após o recebimento em Julho de 2007 de cobrança por parte da Receita Federal, a empresa foi obrigada a efetuar novamente o que já havia pago, isto, por conduto de parcelamento."

Segundo a teoria da *actio nata*, a prescrição não começa a correr a partir do evento danoso, mas sim da ciência inequívoca dos efeitos decorrentes do ato lesivo, o que ocorreu, por expressa declaração da demandante, em julho de 2007.

É o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. APREENSÃO DE VEÍCULO REVERTIDA JUDICIALMENTE. DANOS EMERGENTES. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. AÇÕES INDENIZATÓRIAS AJUIZADAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUÊNAL.

BP.



1. O curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o princípio da actio nata. Precedentes.

(...)

(REsp 1257387/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. CONTAMINAÇÃO DO SOLO E DO LENÇOL FREÁTICO POR PRODUTOS QUÍMICOS UTILIZADOS EM TRATAMENTO DE MADEIRA DESTINADA À FABRICAÇÃO DE POSTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. PRECEDENTES.

(...)

4. Na linha dos precedentes desta Corte Superior, o termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização, por dano moral e material, conta-se da ciência inequívoca dos efeitos decorrentes do ato lesivo.

(...)

(REsp 1346489/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 26/08/2013)

Como a presente ação tem por objeto a pretensão relativa à reparação civil, tem-se que o prazo prescricional incidente no caso corresponde ao de 03 (três) anos, por força do art. 206, §3º, inc. V do CC/02. Deveras, se a demandante, como ela própria afirma, foi notificada pela Receita federal em Julho de 2007, tendo inclusive realizado novo pagamento mediante parcelamento, é de rigor reconhecer que a ciência inequívoca acerca dos efeitos decorrentes do evento danoso realmente se deu Julho em 2007, restando a eventual pretensão de reparação civil por danos materiais prescrita em julho de 2010.

Com efeito, tendo a prescrição alcançado a pretensão de reparação civil dos danos materiais, não mais se afigura viável a cobrança coercitiva, através do Judiciário, dos valores indevidamente pagos pela demandante em decorrência da suposta fraude perpetrada por funcionário(a) do recorrente."

Por outro lado, a própria decisão foi expressa ao asseverar que o raciocínio acima expandido não poderia ser aplicado à pretensão atinente à reparação por danos morais, a saber:



271
100

"Contudo, tal raciocínio é inaplicável aos danos morais, pelas razões adiante declinadas.

Nesse ponto, vale o lembrete de que o dano moral consiste na lesão a direito cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível em dinheiro. Noutros termos, pode-se afirmar que o dano moral é aquele que malfere a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos amparados constitucionalmente (art. 5º, inc. X da CF/88).¹

De se deixar claro que a pessoa jurídica não sente, não sofre com a ofensa à sua honra subjetiva, à sua imagem, ao seu caráter, atributos do direito de personalidade, inerente somente à pessoa física. No entanto, não se pode negar a possibilidade de ocorrer ofensa ao nome da empresa, à sua reputação, que, nas relações comerciais, alcançam acentuadas proporções em razão da influência que o conceito da empresa exerce. Aliás, constitui entendimento há muito pacificado e cimentado no âmbito do STJ que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral (enunciado nº 227 da Súmula de Jurisprudência).

É inegável que os fatos historiados na exordial fazem presumir que a parte autora experimentou contratempos e aborrecimentos que desbordam da normalidade ou o mero dissabor. A bem da verdade, a apelada desenvolve atividade empresarial e teve de suportar presumível arranhão à sua credibilidade decorrente de inscrição na Dívida Ativa da União. O dano se caracteriza pela inscrição indevida em si, pelo sentimento de injustiça, e pelas possibilidades vexatórias que dela derivam, sendo relevante o fato de que a perda da confiança pública na capacidade de cumprimento de obrigações negociais é tida como grave ofensa à honra objetiva da pessoa jurídica.

Ora, sendo o registro na Dívida Ativa da União um ato revestido de publicidade por natureza², é de se supor que tal circunstância veio a vulnerar a credibilidade e a reputação do recorrido perante seus consumidores e parceiros comerciais, ferindo-lhe a honra objetiva.

Nesse sentido, veja-se:

¹ GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012, p. 101.

² Decreto-Lei 1.893/81:

Art. 11. O Registro da Dívida Ativa da União é público, dele podendo ser extraídas as certidões negativas ou positivas, requeridas por qualquer pessoa, física ou jurídica, para defesa de direitos ou esclarecimentos de situações.

31



AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AJUIZAMENTO DE EXECUTIVO FISCAL EM FACE DO EX-PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. DANOS MORAIS. FIXAÇÃO NOS LIMITES DO PEDIDO. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 54 DO STJ.

1. Tratando de inscrição indevida em bancos de dados desabonadores, o STJ entende ser possível a fixação de indenização por danos morais em até 50 (cinquenta) salários mínimos. Mutatis mutandis, tal entendimento deve ser aplicado no caso dos autos, em que houve execução fiscal decorrente de inscrição indevida na dívida ativa.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no Ag 1389717/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 14/02/2013)

CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM DÍVIDA ATIVA. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANO PRESUMIDO. VALOR ARBITRADO. EXCESSIVO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

(...)

2. A inscrição em Dívida Ativa e o ajuizamento de Execução Fiscal para a cobrança de valor já quitado ou débito cuja inexistência deveria ser de conhecimento do Conselho réu, por si só, faz presumir a ocorrência de dano moral. Precedentes.

3. O julgador fixará o valor indenizatório, de acordo com seu prudente arbítrio, analisando a repercussão do dano e a possibilidade econômica daquele que o causou, bem como o seu caráter pedagógico, sempre com observância ao princípio da razoabilidade.

(...)

5. Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

(TRF-1 - AC: 224959620024013300 BA 0022495-96.2002.4.01.3300, Relator: JUIZ FEDERAL MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES, Data de Julgamento: 04/11/2013, 6ª TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: 22/11/2013)

APELAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA INDEVIDAMENTE E, CONSEQUENTE, AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. PARCIAL PROVIMENTO.

I - União insurge-se contra a sentença que a condenou ao pagamento de reparação a título de dano moral no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista a indevida inclusão do nome do autor na Dívida Ativa da União e ajuizamento da respectiva execução fiscal para cobrança de dívida.

II - No caso em questão, restando comprovada a inclusão indevida do nome do apelado na Dívida Ativa da União, este fato já faz prova, por si só, do dano moral. O dano se caracteriza pela inscrição indevida em si, pelo sentimento de injustiça, e pelas possibilidades vexatórias que dela se descortinam, sendo relevante o fato de que a perda da confiança pública na

Bf.



capacidade de cumprimento de obrigações negociais é tida como grave ofensa à honra.

(...)

IV. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral, a teor da Súmula nº 227 daquele Sodalício.

V. Honorários advocatícios reduzidos a 5% (cinco por cento) do valor da condenação, (§ 4º do art. 20 do CPC).

VI. Apelação conhecida e parcialmente provida.

(TRF-2 - AC: 200950010095006 RJ 2009.50.01.009500-6, Relator: Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 09/05/2011, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: Data: 18/05/2011)

Sublinhe-se que é a partir da inscrição do débito na Dívida Ativa da União, e não da abertura do processo administrativo fiscal, que o devedor deixa de fazer jus à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ficando impossibilitado, por exemplo, de participar de procedimentos licitatórios³ ou de captar crédito através de financiamento junto a instituições financeiras.

Nesta esteira, o art. 193 do CTN:

Art. 193. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

A propósito, o art. 62 do Decreto-lei nº 147/67, que é a Lei Orgânica da Procuradoria da Fazenda Nacional, prescreve que *"em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente"*.

Ademais, é de se reassaltar que o processo administrativo tributário não goza de ampla publicidade, sendo, portanto, inapto a causar dano moral à

³ Lei 8.666/93 (Lei de Licitações)

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

(....)

IV – regularidade fiscal e trabalhista;



pessoa jurídica. Nesse prisma, cumpre transcrever o disposto no art. 198 do Código Tributário Nacional:

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de qualquer informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

A falta de razoável publicidade do processo administrativo, indispensável à lesão da honra objetiva da pessoa jurídica, queda-se um tanto mais reluzente quando se tem presente que apenas quando solicitado pelo juiz, pelas partes ou pelo Ministério Público, cópias daquele são apresentadas e apensadas aos autos da execução fiscal, conforme art. 41 da Lei 6.830/80:

Art. 41 - O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões, que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo Juiz ou pelo Ministério Público.

Aliás, o processo administrativo não está arrolado no art. 6º da mesma Lei 6.830/80 entre os documentos que devem acompanhar a petição inicial da execução fiscal, não sendo a sua ausência, portanto, causa de nulidade.

Note-se: o processo administrativo não é sigiloso, mas a publicidade a ele atribuída não é capaz de malferir a honra objetiva da pessoa jurídica, pois não é presumível o conhecimento geral acerca da eventual inadimplência da suposta devedora.

Ao contrário, a dívida regularmente inscrita na Dívida Ativa goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída (art. 204 do CTN), ao tempo em que priva, como dito, o devedor da possibilidade de participar, por exemplo, de licitações. Enfim, do processo administrativo tributário, depois de julgado e inscrito em Dívida Ativa, é extraída Certidão que aparelha a execução fiscal, processo judicial este revestido de ampla publicidade e apto a causar abalo ao bom nome da pessoa jurídica.

Nessa linha de ideias, tenho que o prazo prescricional da pretensão da reparação de danos morais começou a fluir da data de inscrição do débito na Dívida Ativa – e não da instauração do processo administrativo – da União, o que somente ocorreu em 18/05/2012 (fls. 210 e 211), motivo pelo qual não



merece prosperar, nesse caso, a argumentação do recorrente acerca da prescrição.”.

Como facilmente pode se depreender dos fragmentos acima colacionados, ao contrário do que tenta fazer crer a embargante, a decisão atacada revestiu-se de concatenamento lógico ao abordar os temas da prescrição inerentes à pretensão de reparação civil por danos morais e materiais, perfazendo, devidamente, as distinções relativas ao termo de início dos respectivos termos prescricionais.

Na realidade, a recorrente busca, por via oblíqua, alterar a justiça da decisão, de forma a desnaturar a finalidade precípua do recurso em apelo, que se presta tão somente para sanar obscuridade, contradição ou omissão encontrada no ato decisório. A recorrente, a bem dizer, almeja a rediscussão da matéria julgada na apelação, o que não se mostra viável na modalidade recursal em pauta. Vale dizer, a discussão acerca da justiça da decisão é finalidade estranha à estreita via dos embargos de declaração.

À luz de tais considerações, **REJEITO** os embargos de declaração, por não vislumbrar qualquer omissão, contradição ou obscuridade no julgado.

Recife, 28.1.2014

Des. Bartolomeu Bueno

Relator